

17.15 Será admitida a impugnação deste edital, desde que devidamente fundamentada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará. 17.16 A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex para o endereço do Instituto AOCP, situado na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 959, Bairro: Zona 08, CEP: 87.050-440, Maringá/PR. 17.17 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
Secretária de Estado de Administração

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONHECIMENTOS BÁSICOS AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1.1 Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia. 6. Ortografia. 7. Acentuação gráfica. 8. Uso da crase. 9. Divisão silábica. 10. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos. 11. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. 12. Locuções verbais (perífrases verbais). 13. Funções do “que” e do “se”. 14. Formação de palavras. 15. Elementos de comunicação. 16. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). 17. Concordância verbal e nominal. 18. Regência verbal e nominal. 19. Colocação pronominal. 20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto. 21. Elementos de coesão. 22. Função textual dos vocábulos. 23. Variação linguística.

1.2 Ética e Qualidade no Serviço Público: 1. Lei 8.027 de 12 de abril de 1990- Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. 2. Qualidade no Serviço Público: Indicadores de qualidade no setor público. 3. Atendimento: princípios do bom atendimento, maneiras adequadas de lidar com reclamações de usuários, comunicação verbal e escrita, organização do ambiente de trabalho.

1.3 Legislação Geral: 1. Leis Estaduais: 1.1. LEI Nº 6.482, de 17 de setembro de 2002- Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ e dá outras providências, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 6.824, de 31/1/2006, e 6.876, de 29/6/2006. 1.2. LEI 6.712, de 14/01/05 - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Animal no Estado do Pará e dá outras providências, Lei nº 5.810, de 24/12/1994. 2. Leis Federais: 2.1. Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e alterações- Dispõe sobre a Política agrícola e alterações. 2.2. Lei 8.027 de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. 2.3. Decreto Nº 1.493, DE 24 de fevereiro de 2016- Regulamenta o art. 15 da Lei nº 7.782, de 9/01/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores.

1.4 Noções de Informática: Informática: 1. Conceitos e fundamentos básicos. 2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus). 3. Identificação e manipulação de arquivos. 4. Backup de arquivos. 5. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs). 6. Periféricos de computadores. 7. Ambientes operacionais: utilização dos sistemas operacionais Windows XP Profissional e Windows 7. 8. Conceitos básicos sobre Linux e Software Livre. 9. Utilização dos editores de texto (Microsoft Word e LibreOffice Writer). 10. Utilização dos editores de planilhas (Microsoft Excel e LibreOffice Calc). 11. Utilização do Microsoft PowerPoint. 12. Utilização e configuração de e-mail no Microsoft Outlook. 13. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, busca e pesquisa na Web, mecanismos de busca na Web. 14. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome. 15. Segurança na internet; vírus de computadores; Spyware; Malware; Phishing. 16. Transferência de arquivos pela internet.

2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AO CARGO: AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIOS

2.1 Conhecimentos específicos: 1 Legislação Federal pertinente ao trânsito de vegetais e de animais. 1.1. LEI N.º 9.712, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998 - Altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. 1.2. DECRETO N.º 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. 1.3. Instrução Normativa nº 11/2000 - Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel, conforme o Anexo a esta Instrução Normativa. 1.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007 - Estabelece a lista de pragas quarentenárias ausentes (A1) e de pragas quarentenárias presentes (A2) para o Brasil e aprovar os procedimentos para as suas atualizações. 1.5. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008 - Altera os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, que passa a vigorar na forma dos Anexos à presente Instrução Normativa. 1.6. IN Nº 59, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007 - Altera o Anexo II da Instrução

Normativa no 41, de 1o de julho de 2008, que passa vigorar conforme o Anexo desta Instrução Normativa. 1.7. INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 59, DE 18-12-2013 - Exclue da Lista de Pragas Quarentenárias Ausentes - (A1), constantes do Anexo I da Instrução Normativa no 41, as pragas ACARINA - Raiella indica; HEMIPTERA - Maconellicoccus hirsutus; LEPIDOPTERA - Helicoverpa armigera; FUNGO - Puccinia kuehnii e VIRUS - Lily symptomless.e altera o Anexo II da Instrução Normativa no 41, de 1o de julho de 2008. 1.8. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014 - Exclui da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes - (A2) o inseto Aleurocanthus woglumi (Mosca Negra dos Citros). 1.9. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016 - Exclui da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes - (A2) o inseto Sirex noctilio. 1.10. Lei nº 10.711/2003 - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. 1.11. DECRETO Nº 5.153, DE 23 DE AGOSTO DE 2004 - Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, e dá outras providências. 1.12. Instrução Normativa referente ao trânsito de animais. 2. Conhecimentos específicos em defesa e inspeção vegetal e animal. 2.1. LEI Nº 7.392, DE 7 DE ABRIL DE 2010. - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. 2.2. DECRETO Nº 106, DE 20 DE JUNHO DE 2011 - Aprova o Regulamento da Lei nº 7.392, de 7 de abril de 2010, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. 2.3. PORTARIA Nº 0380/2012-DG DE 08 DE FEVEREIRO DE 2012 - Dispõe sobre o Modelo Gráfico, procedimentos e obrigatoriedade do acompanhamento da Guia de Trânsito Vegetal (GTV) para Vegetais, seus produtos e subprodutos de interesse econômico em todo território paraense. 2.4. PORTARIA Nº 0419/2012-ADEPARÁ, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013. - Dispõe sobre o TRÂNSITO DE FRUTOS DE CITROS produzidos no Estado do Pará. 2.5. PORTARIA Nº 4167/2013-ADEPARÁ, de 04 de novembro de 2013 - Dispõe sobre o TRÂNSITO DE FRUTOS DE ABACAXI produzidos no Estado do Pará. 2.6. PORTARIA Nº 911 DE 27/03/2017 - dispõe sobre a prevenção, o controle da disseminação da praga Ferrugem Asiática da Soja no âmbito do estado do Pará e dá outras providências. 2.7. Lei Estadual de Defesa Animal e Decreto Regulamentar. 2.8. L e i nº 7.565, de 25 de outubro de 2011 - Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências. 2.9. Decreto Nº 480 DE 12/07/2012 - Regulamenta a Lei nº 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências. 3. Lei de Inspeção Animal e Decreto Regulamentar. 3.1. Noções básicas sobre classificação de produtos de origem vegetal e produtos de origem animal. 3.2 Lei nº 9.972/2000 - Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. 3.3. Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007 - Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. 3.4. Lei n.º 8.918/1994 - Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências. 3.5. Decreto n.º 2.314/1997 - Regulamenta a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. 3.6. LEI Nº 13.648, DE 11 DE ABRIL DE 2018 - Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994. 4. Uso e aplicação corretos de agrotóxicos. 5. Destino final de embalagens vazias. 6. Uso obrigatório de EPI. 7. Noções de fitossanidade. 8. Identificação de pragas agrícolas. 9. Noções de sanidade animal.

3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AO CARGO: FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - AGRONOMIA

3.1 Conhecimentos específicos: 1. LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE À DEFESA VEGETAL. 1.1. DECRETO N.º 24.114, DE 12 DE ABRIL DE 1934 - aprova o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e referendado pelos da Fazenda, das Relações Exteriores e da Viacão e Obras Públicas. 1.2. Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política agrícola. 1.3. LEI N.º 9.712, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998 - Altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária. 1.4. DECRETO N.º 5.741, DE 30 DE MARÇO DE 2006 - Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. 2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL PERTINENTE À DEFESA VEGETAL. 2.1. LEI Nº 7.392, DE 7 DE ABRIL DE 2010. - Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. 2.2. DECRETO Nº 106, DE 20 DE JUNHO DE 2011 - Aprova o Regulamento da Lei nº 7.392, de 7 de abril de 2010, que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. 2.3. PORTARIA Nº 2742 - ADEPARÁ, de 04 de agosto de 2014 - Cria a Equipe Estadual de Emergência Fitossanitária da cultura da Soja. 2.4. PORTARIA Nº 4167/2013-ADEPARÁ, de 04 de novembro de 2013 - Dispõe sobre o TRÂNSITO DE FRUTOS DE ABACAXI

produzidos no Estado do Pará. 2.5. L e i nº 7.565, de 25 de outubro de 2011 - Dispõe sobre normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências. 2.6. Decreto Nº 480 DE 12/07/2012 - Regulamenta a Lei nº 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências. 3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE À CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL. 3.1. Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000. 4. LEGISLAÇÃO PERTINENTE À INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL. 4.1. Metodologia aplicada para coleta de amostra de bebidas. 4.2. Metodologia aplicada para coleta de amostra de grãos. 4.3. Procedimento para análise pericial de contraprova e de desempate. 4.4. Atividade pertinente ao regulamento da Lei nº 8.918/1994 e ao Decreto nº 2.314/1997 (termo de inspeção, termo de apreensão, auto de infração etc.). 4.5. Ação de inspeção e fiscalização de agroindústria. 5. REGISTRO DE AGROTÓXICOS. 5.1. Competência do registro (MAPA, Saúde e Meio Ambiente), cadastro no estado da federação para comercialização do produto, registro especial temporário, uso do EPI e forma de aplicação de agrotóxico (Lei nº 7.802/1989 e Decreto nº 4.074/2002). 5.2. Receituário Agrônomo: sua aplicação e uso na aquisição de agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989 e Decreto nº 4.074/2002). 5.3. Embalagens Vazias: obrigações do revendedor, do agricultor e do fabricante; triplíce lavagem e lavagem sob pressão e destino final das embalagens vazias (Lei nº 9.974/2000 e Decreto nº 3.550/2000). 6. Manejo Integrado de Pragas. 7. Quarentena Vegetal. 8 Área Livre de Pragas. 9. Zona de Baixa Prevalência. 10. Sintomas, prevenção e controle de pragas quarentenárias presentes no Brasil. 11. Sintomas, prevenção e controle de pragas de importância regional no estado do Pará. 12. Sintomatologia, etiologia, bioecologia e conceitos em fitopatologia e entomologia. 13. Pragas quarentenárias. 14. Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas. 15. Sistemas de Manejo de Riscos (sistema approach). 16. Agricultura Orgânica. 17. Armazenamento de Produtos agropecuários. 18. Conhecimentos básicos sobre organismos internacionais e blocos econômicos regionais. 19. Codex Alimentarius: conhecimentos gerais. 20. Lei da Propriedade Industrial (biotecnologia, indicações geográficas, marcas coletivas e marcas de certificação). 21. Organismos Geneticamente Modificados. 22. Gerência de projetos: projeto, programa, ciclo de vida, gerenciamento de projetos. 23. Noções de planejamento estratégico. 24. Inovação: conceitos, princípios, tipologia, potencial para o desenvolvimento sustentável. 25. desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: conceitos básicos, características e vantagens.

4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AO CARGO: FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - MEDICINA VETERINÁRIA

4.1 Conhecimentos específicos: 1. Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal: Boas Práticas de Fabricação - BPF, Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPOH e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. 2. Doenças de notificação obrigatória: Febre Aftosa, Estomatite vesicular, Brucelose, Tuberculose, Raiva, Encefalopatia Espongiforme Bovina, Paraplexia Enzoótica Ovina, Influenza Aviária, Doença de Newcastle, Salmonelose, Micoplasmose, Mancha Branca dos camarões, Artrite- encefalite caprina, Anemia Infeciosa Equina, Mormo, Peste Suína Clássica, Doença de Aujeszky (DA). 3. LEGISLAÇÃO: 3.1. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) - Título V - Da Inspeção Industrial e Sanitária e alterações. 3.2. Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004 - proíbe em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal. 3.3. Instrução Normativa SDC nº 17, de 13 de julho de 2006 - aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da influenza aviária e de controle e prevenção da doença de newcastle. 3.4. Plano de Ação para Febre Aftosa - Volume 1. 3.5. Instrução Normativa SDA Nº 06, de 8 de janeiro de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal. 3.6. Instrução Normativa Ministerial nº 05, de 01 de março de 2002 - Aprova as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos, Alterada Pela Instrução Normativa MAPA - 31, de 03/09/2014. 3.7. Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico de Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS, na forma do anexo a esta Instrução Normativa. Regulamento Técnico de Programa Nacional de Sanidade Suídea - PNSS. 3.8. Instrução Normativa nº 44, de 23 de agosto de 2001 - Aprova as Normas Técnicas para o Controle e a Certificação de Núcleos e Estabelecimentos Avícolas para a Micoplasmose Aviária (Mycoplasma gallisepticum, synoviae e melleagridis. 3.9. Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004 - Aprova as Normas para o Controle e a Erradicação do Mormo. IN 17, 08 de maio de 2008 - Institui o programa Nacional de Equídeo. 3.10. Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004 - Aprova as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infeciosa Equina - A.I.E. 3.11. Instrução Normativa nº 53, de 2 de julho de 2003 - Aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos. 3.12. Instrução Normativa 33 de 24.08.07 - estabelece as condições para a vacinação de fêmeas bovinas contra brucelose. 3.13. Lei 7.889 de 23 de novembro de 1989 - dispõe sobre inspeção sanitária e industrial